

30/4/99 Pg 1-2
RHTRODD

WASHINGTON NOVAES

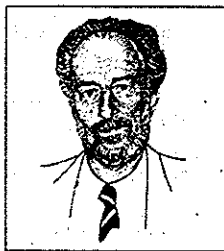
Água – a parte que nos cabe

Pouco tempo atrás, professores do Laboratório de Hidrologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, chamados a criar planos capazes de combater inundações na Baixada Fluminense, verificaram que a origem dos problemas é antiga. Tratava-se de antigas áreas de inundação natural que, no século passado, foram cercadas por “polders”, para ali permitir a agricultura. Com o passar do tempo, a ocupação humana foi-se adensando, a ponto de hoje centenas de milhares de pessoas ocuparem áreas em princípio inadequadas. O resultado não poderia ser outro senão problemas crescentes. E agora vai-se tentar “minimizar” os impactos, já que transferir esse contingente populacional não é considerado economicamente viável.

Essa conversa deve soar muito familiar para os moradores da Grande São Paulo, que hoje já sabem que grande parte dos seus sofrimentos, principalmente na temporada de chuvas, se deve à ocupação indevida de áreas tradicionalmente inundadas por “rios de várzea” como o Tietê e outros mananciais que cortam a metrópole.

Problemas desse tipo estão trazendo para o centro dos acontecimentos a questão da conservação das chamadas áreas úmidas do planeta, provavelmente as mais valiosas entre todas. Um estudo já famoso de Robert Constanza e vários outros cientistas, na Universidade de Santa Bárbara, na Califórnia, estimou que, dos cerca de US\$ 33 trilhões em serviços naturais que recebemos a cada ano, US\$ 19 trilhões anuais, ou 57% do total, se devem a serviços prestados pelos pântanos, planícies de inundação e outras áreas úmidas (criação de peixes e outros seres aquáticos, produtos extrativos, agricultura irrigada, energia, retenção de carbono em turfeiras, conservação da biodiversidade, controle de inundações, recarga a aquíferos, purificação da água, retenção de nutrientes, etc.). O valor do serviço natural é calculado pelo preço da ação humana que seria necessária para substituí-lo.

Por esse e outros motivos, os



Precisamos dar exemplo, para não sermos vistos como perdulários irresponsáveis

olhos do mundo devem voltar-se para a VII Reunião da Convenção sobre Áreas Úmidas (ou Convenção de Ramsar, por causa do nome da cidade iraniana onde foi negociada, em 1971, por 18 países), que começa no próximo dia 10 de maio em San José, na Costa Rica, com a presença de cerca de 1,5 mil participantes dos 114 países signatários (o Brasil é um deles).

Pretende-se discutir ali exatamente essa relação vital entre as populações e as áreas úmidas, bem como negociar providências para que cheguem a 2 mil no ano 2005 os atuais 970 sítios protegidos como áreas úmidas – hoje, uma área total de 70 milhões de hectares, na qual a região neotropical, em que nos inserimos, entra com 11,4 milhões de hectares (menos que a América do Norte, com 15,2 milhões, a África, com 14,02 milhões, e a Europa Oriental, com 13,3 milhões). Aí se incluem áreas marinhas (lagoas, praias, recifes de corais), estuários, áreas lacustres, áreas fluviais (periodicamente inundadas), áreas palustres e até áreas artificiais.

Em muitos desses lugares, os problemas são complicados, já que 40% das águas continentais e 28% das bacias hidrográficas do planeta são compartilhadas por dois ou mais países (na Bacia Amazônica são sete; no Danúbio, 17).

No Brasil, temos, por en-

quanto, cinco áreas teoricamente protegidas pela convenção: as áreas de proteção ambiental da reentrância maranhense e de Mamirauá (Amazonas) e os Parques Nacionais da Lagoa do Peixe (RS), do Araguaia (Ilha do Bananal) e do Pantanal (assoreamento, dragagens para hidrovia, gasoduto, etc.) e da Ilha do Bananal (projeto de hidrovia de alta densidade de carga, invasão por fazendeiros e posseiros) dão idéia da gravidade dos problemas. Mas há também uma grande esperança à vista: os governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul já manifestaram ao governo federal a intenção de incluir todos os 138.830 km² do Pantanal – a maior planície de inundação do mundo – entre as áreas protegidas (e não apenas a área do parque nacional, como é hoje).

As discussões na Costa Rica incluem muitos ângulos inovadores. Como as diretrizes para rever as leis nacionais sobre as áreas úmidas, que poderão ser muito úteis, inclusive no Brasil. O Código Florestal, por exemplo, que é da década de 60, teoricamente protege as várzeas amazônicas. Mas na prática não funciona.

Outro ângulo interessante estará nas propostas de metodologias para levar as populações a entender a relação entre a destruição de áreas úmidas e problemas como secas, inundações, escassez de água, desperdício, poluição por esgotos, congestionamentos de trânsito, etc. Um dos exemplos que com certeza será levado à discussão é o do Parque Everglades, na Flórida (EUA), onde o governo

norte-americano já investiu US\$ 58 bilhões, mas está cada vez mais ameaçado. E uma das razões principais está em que o planejamento municipal permitiu um forte crescimento populacional em seu entorno – de 2 milhões de pessoas em 1948 para 6 milhões meio século depois e uma previsão de 15 milhões em 2050.

Pretende-se até chegar a um plano de ação mundial para uso adequado e manejo de áreas de turfa, entre outras razões por sua relação estreita com a retenção de carbono, vital para o balanço de emissões de gases produtores do efeito estufa.

Não será fácil conciliar esses objetivos com o adensamento populacional e a urbanização crescente. Menos ainda com a prevalência do consumo supérfluo e das matrizes energéticas desperdiçadoras nos países industrializados, influenciando a economia e os hábitos em todo o mundo – e gerando enorme sobrecarga sobre os recursos naturais.

Mas, como observa Delmar Blasco, o argentino que é secretário-geral da convenção, “com a crise da água que já é uma realidade, surpreende que os governos ainda não tenham colocado a conservação das áreas úmidas no centro das suas preocupações”.

Por enquanto, as modestas, mas importantes, iniciativas nessa direção quase só contam com os recursos do Ramsar Small Grants Fund, que desde 1991 financiou 113 projetos em 72 países, cada um deles com o máximo de 40 mil francos suíços.

Seria decisivo se o Brasil, de fato, transformasse todo o Pantanal dos dois Mato Grossos na maior área úmida protegida do planeta, bem como ampliasse a proteção ao Parque Nacional do Araguaia, para abranger também a área indígena mais ao sul – afinal, é a maior ilha fluvial do mundo, fortemente ameaçada pela expansão desordenada da frente agropecuária.

Temos de nos lembrar de que nossa responsabilidade é muito grande: somos beneficiados por 12,7% do fluxo de água no mundo, com 5.190 quilômetros cúbicos anuais. Precisamos dar exemplo, para não sermos vistos como perdulários ou irresponsáveis, incapazes de cuidar da parte que nos cabe no patrimônio planetário.

